

Indústria Brasileira

Revista da Confederação Nacional da Indústria ▶ Ano 8 n° 73

janeiro 2023

▼ **EVALDO VILELA**
ex-presidente do CNPq:
*Academia deve estar
mais perto das indústrias*



Ações efetivas para a retomada da indústria

CNI apresenta propostas para que o novo governo adote medidas que acelerem a recuperação da atividade industrial após os anos de crise

COMÉRCIO ▶ Acordo entre Brasil e Reino Unido promete aumentar transações

COMPETITIVIDADE ▶ País avança no ranking, mas Custo Brasil ainda prejudica os negócios

SENAI ▶ Instituição investe na requalificação e recolocação de trabalhadores 50+

Chegou a hora de conhecer o **SESI LAB**

**Artie, Ciê e Téki esperam você para conhecer
o novo ambiente de inovação do Brasil!**

Um espaço inédito, 100% interativo, para todas
as idades. Venha nos visitar!

É ao lado da Rodoviária do Plano Piloto.

De terça a sexta, das 9h às 18h, e, nos fins
de semana e feriados, das 10h às 19h.

Acesse www.sesilab.com.br
e adquira seu ingresso.



Carta às leitoras e aos leitores

“A indústria brasileira precisa urgentemente retomar o seu protagonismo, expandindo sua participação no Produto Interno Bruto (PIB)”, disse o vice-presidente Geraldo Alckmin na cerimônia de posse como ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Sintética, a conclusão se deu na esteira da entrega, no dia anterior, do *Plano de Retomada da Indústria* – documento elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) que cita as medidas prioritárias, a serem tomadas nos primeiros 100 dias do novo governo, a fim de reindustrializar o Brasil.

O vice-presidente recebeu o texto das mãos do presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, que falou, à ocasião, sobre a necessidade de uma política industrial robusta, o que não existe desde o governo Itamar Franco (1992-1994). O Plano contém 14 medidas prioritárias e abrange 19 projetos de lei a serem aprovados.

Reforma tributária, estímulo à inovação, integração com o mundo e transição para uma economia de baixo carbono estão entre os principais tópicos abordados no texto. A reportagem de capa desta edição traz detalhes sobre cada um deles, apontando o caminho para tornar realidade a declaração de Alckmin.

Segundo Dan Ioschpe, presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), só é possível executar o Plano num ambiente de tranquilidade institucional. “Entendemos que a intranquilidade é muito danosa e retira esforço da tração industrial”, diz ele, em entrevista à Revista Indústria Brasileira.

Decorrência da falta de estímulos ao setor, como os defendidos pela CNI, é a posição do Brasil – ano após ano – no ranking que compara a competitividade de 18 nações. Pela primeira vez em 12 anos, o país avançou uma posição, mas ainda figura entre as piores colocações. Esta edição também mostra que a confiança dos empresários industriais caiu em janeiro a um patamar negativo, o que não ocorria desde julho de 2020.

Apesar de tantos gargalos, também há motivos para comemorar este novo ano. Um deles é o acordo de dupla tributação celebrado entre Brasil e Reino Unido, que representa um passo importante rumo à integração do país no cenário internacional. A CNI faz votos de que bons exemplos como esse se multipliquem em 2023. Para tanto, o Plano já está traçado: resta tirá-lo do papel.

Boa leitura!

▼ Conheça o Sistema Indústria

CNI

facebook ▶ cniBrasil
flickr ▶ cniweb
instagram ▶ cniBr
twitter.com ▶ cni_br
linkedin ▶ cni-brasil
youtube ▶ cniweb

SESI

facebook ▶ SESINacional
youtube ▶ sesi
linkedin ▶ sesi-nacional

SENAI

facebook ▶ senainacional
instagram ▶ senai_nacional
twitter ▶ senainacional
youtube ▶ senaibr
linkedin ▶ senai-nacional

IEL

facebook ▶ IELbr
instagram ▶ ielbr
twitter ▶ iel_br
linkedin ▶ iel-nacional

sumário

edição nº 73 ▶ janeiro 2023

6 ARTIGO DO PRESIDENTE

8 REPORTAGEM DE CAPA

CNI apresenta *Plano de Retomada da Indústria*, com medidas prioritárias para reindustrializar o Brasil

16 INFOGRAFIA

Conheça os principais pontos do *Plano de Retomada da Indústria*

18 DAN IOSCHPE

Presidente do IEDI elenca quatro condições para o fortalecimento da indústria brasileira

20 INDÚSTRIA EM AÇÃO

CNI e Sebrae selecionam startups para programa de internacionalização

22 COMPETITIVIDADE

Brasil sobe uma posição em ranking de competitividade que compara desempenho de 18 países



26 MUNDO

Acordo celebrado entre Brasil e Reino Unido representa avanço

30 AGENDA LEGISLATIVA

Conheça a agenda prioritária da CNI para os trabalhos do Congresso Nacional em 2023

34 5 PERGUNTAS PARA...

o especialista em inovação Evaldo Vilela, que fala sobre a integração entre indústria, governo e universidades

36 TERMÔMETRO

Confiança dos empresários cai a patamar negativo pela primeira vez desde 2020

38 DASHBOARD

Consulte o painel de séries históricas, pesquisas e estudos conduzidos pela área técnica da CNI

40 GIRO BRASIL

SESI de Pernambuco forma primeira turma do Novo Ensino Médio

42 EXPERIÊNCIA

Aumenta o número de pessoas com mais de 50 anos no mercado de trabalho

46 OUTRA VISÃO

Luciana Veiga, doutora em Ciência Política e professora da UNIRIO, escreve sobre a congruência entre as prioridades da população e as das elites políticas

Um plano eficiente para a retomada da indústria



► **Robson Braga de Andrade**

empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

A reindustrialização é imprescindível para o Brasil voltar a crescer num ritmo adequado. Sem o fortalecimento da indústria, setor que cria os melhores empregos e impulsiona os demais segmentos da economia, será impossível criar postos de trabalho e gerar renda em um nível condizente com as carências do país. Esse consenso, sempre presente entre as empresas, chegou também ao setor público. Isso facilita a adoção das iniciativas corretas para o país alcançar esse objetivo.

Com o intuito de, como sempre fez ao longo de sua história, contribuir para que sejam tomadas as medidas que levem ao crescimento econômico sustentado, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresentou, ao governo que tomou posse em 1º de janeiro, o *Plano de Retomada da Indústria*. Trata-se de um programa, com medidas de curto e de longo prazos, que foi muito bem recebido pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, o vice-presidente Geraldo Alckmin.

A revitalização do setor industrial é essencial neste momento em que devemos dar respostas aos desafios provocados pelas mudanças climáticas, pela revolução digital e pela reorganização das cadeias globais de suprimentos. Esse cenário já complexo ficou ainda mais difícil com a pandemia da Covid-19, da qual ainda não saímos totalmente, e com a guerra na Ucrânia, que causaram



muito sofrimento às pessoas e desarranjo na economia mundial.

Levando em conta a importância da indústria, os países mais desenvolvidos estão anunciando políticas de apoio ao setor. Nos últimos 10 anos, pelo menos 84 nações, que representam mais de 90% do Produto Interno Bruto (PIB) do mundo, adotaram medidas de estímulo às suas indústrias. Nos próximos anos, Estados Unidos, China, Japão, Coreia do Sul e integrantes da União Europeia investirão, juntos, cerca de US\$ 5 trilhões em políticas de incentivo à atividade industrial.

Além de metas de longo prazo, nosso *Plano de Retomada da Indústria* sugere várias ações a serem tomadas logo nos primeiros 100 dias de governo. Analistas costumam considerar esse período como crucial para pavimentar um novo ciclo virtuoso, pois o presidente recém-eleito pode aproveitar o capital político obtido nas urnas para apresentar ao Congresso Nacional propostas mais ousadas. Parlamentares, mesmo os de oposição, tendem a ter uma maior boa vontade na avaliação dos projetos encaminhados pelos governantes em início de mandato.

Desde já, é fundamental atacar frontalmente o Custo Brasil – conjunto de ineficiências que inclui o sistema tributário complexo, as deficiências na infraestrutura, a burocracia excessiva e a insegurança

jurídica, por exemplo. De acordo com estimativa do Movimento Brasil Competitivo, esses custos sistêmicos drenam cerca de R\$ 1,5 trilhão das empresas todos os anos, o que dificulta os investimentos, a criação de empregos e a expansão dos negócios.

Governo e Congresso devem conferir prioridade máxima à aprovação de uma reforma tributária ampla, que simplifique o sistema de arrecadação de impostos, reduza a cumulatividade (cobrança em várias etapas do processo produtivo) e desonere os investimentos e as exportações. O assunto vem sendo discutido há quase 30 anos no país e existem propostas maduras para votação imediata.

Entre outras ações, é necessário, também, implementar uma política industrial moderna, alinhada às melhores práticas internacionais e baseada em ciência, tecnologia e inovação, como forma de estimular a produtividade das empresas e a competitividade dos nossos produtos. A estratégia deve incentivar a integração internacional, com base no aumento do comércio exterior, e a criação de uma estrutura de governança apta a articular as medidas voltadas para a reindustrialização do país.

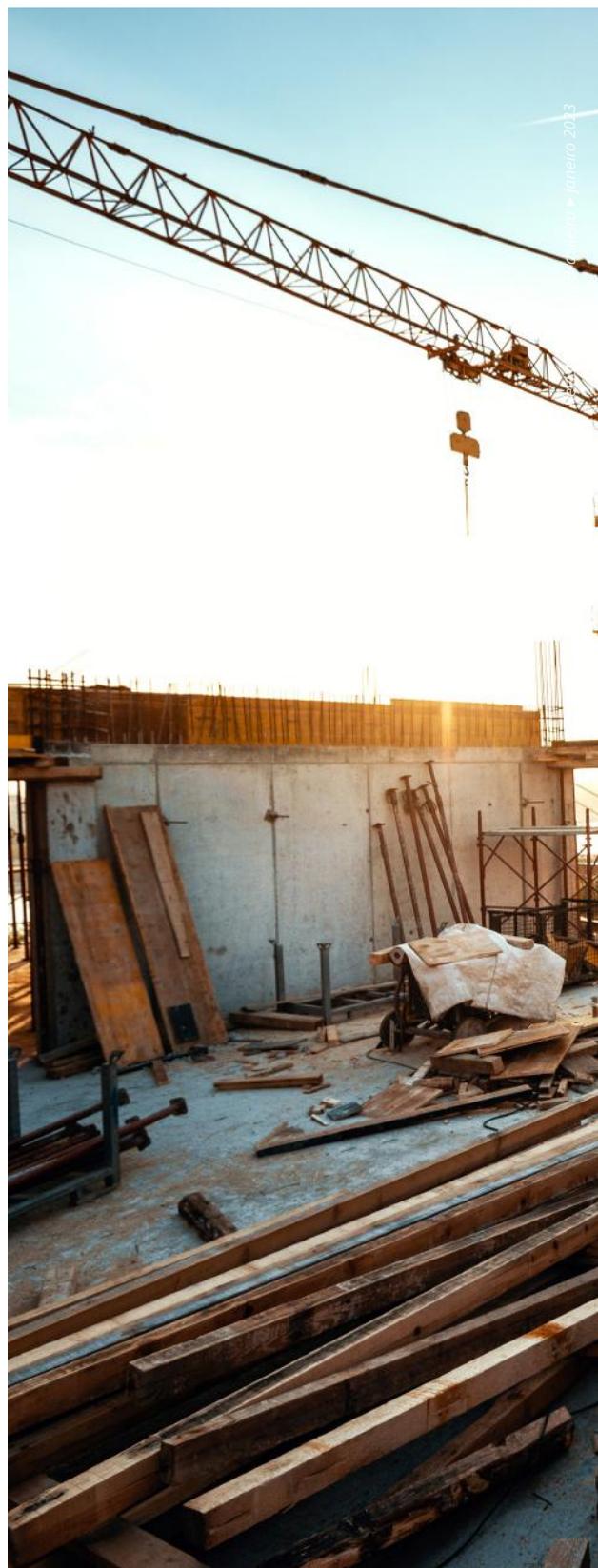
Um setor industrial forte, diversificado e competitivo é indispensável para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. O *Plano de Retomada da Indústria* é um roteiro eficiente para voltarmos a crescer. ■

Um guia de ação com efeitos imediatos

DOCUMENTO ENTREGUE PELA CNI AO VICE-PRESIDENTE LISTA PRIORIDADES DO SETOR NOS 100 PRIMEIROS DIAS DO NOVO GOVERNO

Em seu discurso de posse como ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, no dia 4 de janeiro, o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, afirmou que “a indústria brasileira precisa urgentemente retomar o seu protagonismo, expandindo sua participação no Produto Interno Bruto (PIB)”. Segundo ele, “as graves mudanças climáticas, o pós-Covid e a guerra na Europa estão indicando a premência de uma política de reindustrialização consensuada com o setor produtivo, a academia, a sociedade e a comunidade internacional”.

No dia anterior, durante evento na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Alckmin recebeu das mãos do presidente da entidade, Robson Braga de Andrade, o *Plano de Retomada da Indústria*. Elaborado após discussão com representantes do setor, o texto é uma contribuição dos empresários industriais para ajudar o novo governo na recuperação da economia. O documento, com ações para os 100 primeiros dias de governo de Luiz Inácio Lula da Silva, contém 14 propostas prioritárias, focadas em uma economia de baixo carbono, inovação e ampliação dos investimentos para reindustrialização, e abarca 19 projetos prioritários para a indústria.





◀
A reindustrialização do Brasil, defendida pela CNI, é essencial para o crescimento econômico sustentável do país



► “É necessário priorizar ações que facilitem o ambiente de intercâmbio comercial”, defende Karina Frota (FIEC)

Ainda no discurso de posse, Alckmin afirmou, em linha com a proposta defendida pela CNI, que “é imperativa a redução da emissão de gases de efeito estufa, o estabelecimento de uma política de apoio a uma economia de baixo carbono, privilegiando tecnologias limpas e dando início ao processo produtivo, seguro e sustentável”. A construção e a implementação de uma política industrial moderna e condizente com o cenário atual e com as melhores práticas internacionais, que formule missões para acelerar a solução de problemas coletivos, é a primeira proposta da CNI.

A falta de uma política industrial nos últimos anos, desde o governo Itamar Franco (1992-1994), contribuiu para a queda da participação da indústria na economia brasileira. “Essa foi a principal causa da redução da participação da indústria brasileira no PIB. Foi um erro enorme. Os países mais desenvolvidos têm uma política industrial de longo prazo, que é fundamental”, argumenta Andrade. Segundo ele, o Brasil tem um ambiente complexo para negócios, tanto

em questões tributárias quanto em ambientais e regulatórias.

“É um plano bastante cuidadoso, no sentido de que não está propondo incentivos fiscais, medidas fáceis. Estamos propondo harmonizar o tratamento que a indústria brasileira recebe em relação ao que países concorrentes estão recebendo”, explica Lytha Spíndola, diretora de Desenvolvimento Industrial e Economia da CNI. Segundo ela, o plano se baseou nas tendências geopolíticas de reposicionamento industrial. “O Brasil não pode ficar alheio ao mundo. Para isso, é preciso apostar numa política industrial baseada nas melhores práticas internacionais”, defende a diretora.

A aprovação da reforma tributária, cuja discussão no Congresso Nacional avançou nos últimos dois anos, é outro ponto do *Plano de Retomada da Indústria*. Sérgio Pedreira de Oliveira Souza, presidente do Conselho de Assuntos Fiscais e Tributários da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), diz que a reforma é fundamental para aumentar a competitividade das empresas e estimular novos investimentos. Modernizar a tributação sobre o consumo, com a criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), reduz a cumulatividade e desonera as exportações, explica ele.

Julio Koga, vice-presidente industrial da Moto Honda, diz que a simplificação do sistema de recolhimento de impostos e a redução da carga tributária no Brasil são medidas imprescindíveis para a retomada do crescimento. “É necessário que a reforma tributária enderece as mudanças para fortalecer a competitividade, a fim de que o ambiente de negócios se torne favorável não só à indústria, mas à economia como um todo”, diz.

Segundo Érica Machado, presidente da Eletromatrix, empresa do setor metalmeccânico do Rio de Janeiro, a reforma tributária é importante para reduzir o custo operacional das empresas. “Esperamos que seja uma reforma nos moldes do que temos na Europa,

com a criação do IVA. O ideal é que seja um imposto único, sem os penduricalhos que encarecem o custo do setor produtivo”, afirma. Além de reduzir o custo dos produtos fabricados no Brasil, diz ela, a reforma tributária vai acabar com a guerra fiscal. Érica também destaca que o BNDES pode ter um papel importante na retomada da indústria se ajudar as pequenas e médias empresas, que empregam mais pessoas.

Na mesma linha, Jandaraci Araújo, co-fundadora do Conselheira 101 (programa de

▼
Lytha Spíndola (CNI) também defende que a ciência, tecnologia e inovação sejam “partes essenciais” de uma nova política industrial



“Quando falamos de inovação e sustentabilidade, consideramos pouco o que podemos aprender com os povos indígenas, africanos e afro-brasileiros”

▲
Janine Rodrigues

Piraporiando Edtech



incentivo à presença de mulheres negras em conselhos de administração), diz que a reforma tributária é primordial para que a indústria brasileira seja mais competitiva, acelere o crescimento econômico e gere mais empregos. “São quase três décadas de discussão. As propostas que tramitam hoje obviamente não irão agradar a todos, mas já estamos bem atrasados”, critica. Ex-aluna do Cefet, antiga Escola Técnica Federal da Bahia, ela afirma, ainda, que “não há como pensar em reindustrialização sem pensar em capital humano, e as escolas profissionais e os centros de tecnologia são essenciais para fornecer uma educação de qualidade e desenvolver novas competências para uma indústria 4.0”.

Fátima Chama, da Chama Amazônica, do Pará, classifica a reforma tributária como imprescindível. “Com a carga tributária e a burocracia atual, nós não temos condições de competir nem de investir na modernização. Aqui na Amazônia, temos um custo logístico muito grande para o mercado interno. Há empresas que precisam manter um departamento jurídico que cuida apenas de questões tributárias”, afirma.

Janine Rodrigues, especialista em diversidade e fundadora da Piraporiando Edtech, diz que é impossível pensar em reindustrialização sem priorizar o investimento em inovação. “Os processos e os profissionais precisam passar por uma renovação de suas habilidades e conhecimentos. A reindustrialização será feita por pessoas e suas mentalidades precisam caminhar com a inovação. Não só inovação tecnológica, maquinaria, processos, mas também no que se refere à forma de pensar”, explica. Um exemplo, continua ela, é a Malwee, indústria que, desde 2015, investe em tecnologias e processos inovadores, que vão do uso de matérias-primas sustentáveis à gestão de água, efluentes, resíduos e ao controle da poluição atmosférica.

“Quando falamos de inovação e sustentabilidade, consideramos pouco o que

podemos aprender com os povos indígenas, africanos e afro-brasileiros. É preciso voltar os olhos às nossas origens, respeitar e aplicar esses conhecimentos na reconstrução de nossa economia”, destaca Janine. Segundo ela, empresas da área de cosméticos têm projetos importantes de pesquisa em parceria com as comunidades locais. A sustentabilidade, complementa Janine, “está diretamente ligada à criação e à manutenção de empregos, por isso reduzir impactos ambientais ao mesmo tempo em que se gera emprego e desenvolvimento é fundamental”.

ESTÍMULO À INOVAÇÃO

Já Reginaldo Arcuri, presidente-executivo do Grupo FarmaBrasil (GFB), destaca outro ponto do *Plano de Retomada da Indústria*: o estímulo à inovação. “Em qualquer país que conseguiu desenvolver indústrias com base na inovação, é necessário um fluxo constante de recursos em investimentos”, afirma. Segundo ele, isso permite incorporar as inovações em produtos e serviços tanto no mercado doméstico quanto no mercado mundial. “No caso do Brasil, isso vai determinar se nós, efetivamente, estaremos inseridos neste novo momento da economia mundial de uma forma competitiva e capaz de disputar mercados cada vez mais amplos”, observa Arcuri.

Ele defende que haja uma vinculação entre os investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) e a política industrial de longo prazo. “As estruturas de governo têm de estar coordenadas. O desenvolvimento de qualquer produto depende, na etapa de pesquisa, de financiamento, mas depois é necessária também mão de obra capacitada para trabalhar no que está sendo desenvolvido, além de regras tributárias que não sejam distorcidas”, diz Arcuri. Ele argumenta que precisa existir coordenação entre as estruturas do governo e do setor privado, com ambas caminhando juntas.

Breno Kamei, vice-presidente de Programas e Planejamento de Produtos para a América do Sul da Stellantis, multinacional do ramo automotivo, ressalta que o que pode diferenciar a indústria de um país é sua capacidade de inovação. “Assim, políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação que integrem a indústria e os pólos de desenvolvimento científico, como universidades, são importantíssimas e podem alavancar a economia nacional, tornando o país um exportador de tecnologia”, afirma.

No setor automotivo, diz ele, o etanol pode ser citado como tecnologia que diferencia a indústria brasileira e permite combinar eletrificação e biocombustível em uma mobilidade de baixo carbono.

INTEGRAÇÃO COM O MUNDO

Acelerar a integração internacional do Brasil por meio de acordos internacionais é outro ponto defendido pela CNI. Karina Frota, gerente do Centro Internacional de Negócios da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), afirma que promover o comércio exterior e impulsionar a retomada do crescimento econômico é desafio permanente para toda a economia. “A retomada da competitividade e o desenvolvimento produtivo e tecnológico da indústria nacional passam de forma transversal pela integração do Brasil com o mundo. É indispensável fortalecer a indústria por meio da internacionalização”, sintetiza ela.

Em relação à burocracia alfandegária, lembra Karina, o Brasil já melhorou razoavelmente, mas precisa avançar mais no tópico de facilitação de comércio. “Para aumentar a base de empresas exportadoras, agregar valor ao produto brasileiro e ter números mais expressivos no comércio global, é necessário priorizar ações que melhorem o ambiente de intercâmbio comercial por meio de políticas de facilitação de comércio, com desburocratização e modernização dos processos”, diz ela.

Outra medida relevante para aumentar a competitividade da indústria brasileira é promover a desconcentração e a competição no mercado de gás natural. O economista Cláudio Frischtak explica que a Nova Lei do Gás, sancionada em 2021, é um marco na modernização de um setor historicamente concentrado tanto em termos verticais quanto em termos horizontais. “A perspectiva é de ampliação significativa da oferta de gás, redução de preços e maior flexibilidade pelos provedores, enfim, de maior dinamismo, o que para a indústria é de enorme importância”, avalia Frischtak. O gás é um combustível mais limpo, mais eficiente e que permite maiores ganhos de qualidade e produtividade.

Ainda na área de infraestrutura, a CNI defende a aprovação do PL 414/2021, de modernização do setor elétrico, que, segundo Frischtak, é muito complexo e caracterizado pela elevada integração entre a geração

e o consumo por meio do Sistema Interligado Nacional, que faz a coordenação e o controle de grande porte, e que abarca 98,3% da capacidade de produção de energia elétrica no país (o restante é produzido pelos chamados sistemas isolados). Ao mesmo tempo, complementa ele, “o Brasil é uma potência de primeira ordem em energias renováveis, com crescimento muito acelerado principalmente nas fontes eólica e solar, mas também com potencial em biomassa e outros”.

ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

O *Plano de Retomada da Indústria* também inclui medidas com foco na transição energética, como o marco regulatório para exploração do potencial de energia eólica *offshore*, a melhoria da eficiência energética e a regulamentação do mercado de carbono. “Atuar em eficiência energética propicia redução de despesas, já que a energia é um insumo que impacta cada vez mais a composição de custos do setor industrial”, explica Joaquim Rolim, coordenador de Energia na FIEC.

Flávio Rassi, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG), ressalta que a implementação do mercado de carbono no Brasil deverá fomentar atividades de desenvolvimento sustentável com geração de emprego e renda em regiões com índices socioeconômicos mais baixos, além de trazer benefícios, como a mitigação do aquecimento global. “O Brasil tem condições de ser um grande fornecedor mundial de crédito de carbono, devido à extensão territorial, à biodiversidade, à matriz energética renovável, ao biocombustível, à redução de aterros sanitários e ao aproveitamento dos gases”, lista ele.

EDUCAÇÃO

Entre os projetos de lei cuja aprovação a CNI defende está o PL 6494/2019, que trata da articulação entre a formação profissional



► “A reforma tributária é primordial para que a indústria brasileira seja mais competitiva”, argumenta Jandaraci Araújo (Conselheira 101)



de nível médio e a aprendizagem profissional. Remi Castioni, professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), afirma que essa medida é importante no momento em que o Brasil se prepara para um processo de reindustrialização, que deve ter duas grandes âncoras: a transição climática e a transição digital. “Essas duas questões compõem a política industrial da maior parte dos países do G20”, explica ele. O projeto, complementa, permitirá a qualificação de mão de obra para atender à demanda futura.

Na mesma linha, Claudemir José Bonato, diretor de educação e tecnologia do SESI-SENAI de Goiás, diz que a elaboração de uma política nacional de educação profissional melhoraria a infraestrutura dessa modalidade de ensino. “Também facilitaria o apoio, especialmente financeiro, para estimular os

estudantes a buscar direcionamento de qualificação profissional em uma das áreas de competência demandadas pelo mercado, seja nas atividades da indústria, do comércio, de serviços, da agricultura rural ou de outros setores econômicos que demandem profissionais qualificados”, defende.

Já Homero Arandas, presidente do Conselho de Relações Trabalhistas da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), destaca outro ponto do *Plano de Retomada da Indústria*: a necessidade de continuar o processo de modernização da legislação trabalhista. “Nós demos um passo fundamental em 2017 com o início desse processo, que reduziu os litígios trabalhistas e estimulou a negociação de acordos”, afirma. Um dos pontos defendidos pela CNI nessa seara é a aprovação do PL 5670/2019, que permite o trabalho multifunção. ■

PLANO DE RETOMADA DA INDÚSTRIA

Documento apresentado pela CNI ao governo Lula prioriza transição energética, inovação e ampliação dos investimentos

Pagamento de tributos

federais: propor e aprovar projeto de lei ou medida provisória para ampliar o prazo de pagamento de tributos federais (PIS/Cofins, IPI, FGTS, INSS e IRPJ/CSLL).

Papel do BNDES: priorizar a atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como agente promotor da modernização industrial e do aumento da produtividade no país.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (MDIC)

Política industrial: construir e implementar uma política industrial moderna e condizente com o cenário atual.

Transição energética:

criar o Programa de Eficiência Energética na Indústria, considerando experiências exitosas da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Serviço Social da Indústria (SESI).



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Financiamento e garantia às exportações:

recriar, em novas bases, o Sistema de Financiamento e Garantia Oficial às Exportações, aproximando-o de regras e padrões internacionais.



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Reforma tributária:

priorizar a aprovação da reforma da tributação sobre o consumo, em tramitação no Congresso Nacional (PEC 110).

Depreciação acelerada:

editar norma para autorizar a depreciação acelerada de bens de capital na apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para estimular investimentos.

Entrada na OCDE:

manter os esforços para a acessão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Mercado de gás natural:

regular o acesso negociado e não discriminatório da infraestrutura essencial de gás natural.



CASA CIVIL

Autonomia financeira do INPI: transformar o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) em uma agência.

Integração internacional: acelerar a integração internacional do Brasil, tendo como prioridade a conclusão e a internalização do acordo Mercosul-União Europeia.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Estimular a inovação: aperfeiçoar os atuais mecanismos de incentivo à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação (PDEI) e promover o financiamento necessário.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Licenciamento ambiental: modernizar o licenciamento ambiental para promover a conservação do meio ambiente e assegurar condições para o desenvolvimento socioeconômico.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA CLIMÁTICA

NDC e Mercado de Carbono: elaborar e comunicar claramente as medidas específicas a serem tomadas para a redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE).

Créditos tributários:

editar norma que autorize a compensação, de forma automática e em bases correntes, de créditos tributários decorrentes de exportação.

Só a recuperação industrial gera crescimento sustentado

PRESIDENTE DO IEDI ENUMERA QUATRO CONDIÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA NOS PRÓXIMOS ANOS

Tranquilidade institucional, equilíbrio macroeconômico, combate à desigualdade social e sustentabilidade ambiental são quatro requisitos para o Brasil estimular o processo de reindustrialização, afirma Dan Ioschpe, presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI). “Preservadas essas condições, é necessária também uma agenda de competitividade e produtividade”, afirma ele, que integra o conselho deliberativo da Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, defendeu a reindustrialização do Brasil ao tomar posse como ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). Como você vê essa proposta?

Acho que há um entendimento, que o ministro expressa muito bem, de que o desenvolvimento socioeconômico do nosso país passa pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) industrial. Vai ser muito difícil ter um crescimento médio significativo ao longo dos próximos anos se a indústria não passar por uma recuperação. Tivemos um desempenho muito forte do setor agrícola e do setor de serviços, mas,

quando a gente olha o bojo do país, a gente não encontra esse crescimento relevante do PIB, justamente porque uma parte muito significativa desse desenvolvimento, que deriva da indústria, não vem ocorrendo há quase quatro décadas. Para que essa recuperação ocorra, há algumas condições fundamentais.

Quais são essas condições? A gente tem dividido num grupo mínimo de condições e, depois, numa agenda de competitividade e produtividade. O item número um desse grupo mínimo é tranquilidade institucional. Entendemos que a inquietude é muito danosa e retira esforço da tração industrial. Também é preciso foco nas atividades de descarbonização e a compreensão da relevância dessa agenda de sustentabilidade. A redução da desigualdade social é outra questão muito importante. A quarta condição é a necessidade de equilíbrio orçamentário do país, de equilíbrio fiscal ao longo do tempo. Não é provável que a gente tenha solução para esses quatro pontos imediatamente, mas, se a gente não construir um caminho para isso, todo o esforço de recuperação da indústria terá baixa efetividade.



◀
“Entendemos que a intranquilidade [institucional] é muito danosa e retira esforço da tração industrial”, diz Dan Ioschpe

E onde entra a agenda da competitividade e da produtividade? Essa é a agenda que, preservadas as condições anteriores, faria com que a gente chegasse a um lugar melhor do que este em que estamos hoje. Em primeiro lugar, cito a reforma tributária dos impostos incidentes sobre bens e serviços, com a criação do chamado IVA (Imposto sobre Valor Agregado), que tem uma importância muito grande para que a gente, da porta para fora da indústria, busque a competitividade que, em muitos setores, já existe da porta para dentro. Também temos a questão da guerra fiscal, que está relacionada a esse sistema fragmentado entre os estados e os municípios. Temos a questão da geração dos créditos, que é muito danosa para a indústria. O custo de capital no Brasil é muito alto, e você ficar acumulando bilhões no setor industrial, sem perspectiva de recuperação, é muito ruim, sem falar na retenção desses créditos ao longo da cadeia por termos um sistema fragmentado, e não um IVA dual que abranja os cinco impostos relacionados a bens e serviços. Hoje, após as discussões das Propostas de Emenda Constitucional (PECs) 45 e 110, há um melhor entendimento do problema e soluções mais próximas do modelo tradicional do IVA. Não tenho nenhuma dúvida de que a reforma

tributária sobre a venda de bens e serviços seria o ato mais relevante que o governo e o Legislativo poderiam fazer neste próximo ciclo. Entre tudo aquilo que a gente pode fazer, esse, como ato único, é o que traria maior benefício para reduzir custos e acelerar o desenvolvimento socioeconômico.

E a área de infraestrutura? Já existe um trabalho importante sendo feito nessa área, que precisa ser acelerado e que envolve, inclusive, a questão da tecnologia 5G, além de portos, aeroportos e estradas. O governo não vai conseguir fazer isso sozinho. Portanto, é preciso um trabalho conjunto entre a iniciativa privada e o setor público, com mais ênfase deste último naqueles projetos de difícil viabilidade econômica, mas que também são importantes para o desenvolvimento social do país, como já se fez no passado. Um exemplo é o Luz para Todos, no qual o governo teve um papel decisivo. Depois, temos a questão da integração do Brasil ao mundo, que é um trabalho grande. Entendemos que esse assunto deve ser acelerado, preferencialmente por meio dos acordos internacionais, diminuindo as restrições e aumentando a nossa participação no comércio exterior. ■

Indústria e



INDÚSTRIA DEBATE BIOECONOMIA NA COP15, NO CANADÁ

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) marcou presença na 15ª Conferência das Partes (COP15) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), em Montreal, no Canadá. Além de levar propostas para subsidiar o governo brasileiro nas negociações sobre o Marco Global para a Biodiversidade Pós-2020, a entidade apresentou um painel sobre as iniciativas da indústria brasileira em bioeconomia. No evento, a CNI defendeu metas relacionadas à produção sustentável, à biotecnologia e à redução da poluição, além de mencionar o papel do setor para alcançar esses objetivos.

ABDI COMPLETA 18 ANOS

A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) completou 18 anos, em 24 de janeiro, com um evento organizado na sede da Agência, em Brasília, que contou com a participação de Renato da Fonseca, Superintendente de Desenvolvimento Industrial da CNI e do presidente da agência, Igor Calvet. Com a missão de estimular a transformação digital do setor produtivo e a adoção de tecnologias e de novos modelos de negócios, a ABDI se prepara agora para apoiar o governo na agenda da reindustrialização, contribuindo com a geração de empregos, renda e modernização da indústria nacional.



m Ação



CNI E SEBRAE SELECIONAM STARTUPS PARA PROGRAMA DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Startups brasileiras têm até o dia 20 de fevereiro para se inscrever gratuitamente no programa de internacionalização da CNI em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Elas participarão de um treinamento virtual por um mês e, em seguida, sete startups serão selecionadas para um programa presencial de 10 dias em Nova York, nos Estados Unidos. Intitulado *Land to Launch*, a experiência presencial é voltada a impulsionar os negócios com mentoria de diferentes atores do ecossistema de inovação.

EMPRESÁRIOS BRASILEIROS FAZEM IMERSÃO NA COSTA LESTE DOS EUA

A próxima imersão internacional promovida pela Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI) será em Nova York, Washington D.C. e Boston, nos EUA, entre 13 e 17 de fevereiro deste ano. Empresários e executivos conhecerão as novas tendências tecnológicas dessas regiões, quando visitarão instituições de governo, empresas de inovação aberta, fundos de *venture capital*, universidades e laboratórios da rede de institutos de pesquisa do Manufacturing USA, entre outros.

SESI LAB ABRE PORTAS PARA VISITAS DE GRUPOS

O Sesi Lab, primeiro e único museu 100% interativo do Brasil, abrirá para visitas de grupos escolares, de empresas e de outras organizações a partir de março, e os interessados já podem preencher o formulário disponível no site da instituição. Inaugurado em 30 de novembro de 2022, em Brasília, o museu tem cerca de 8 mil m² de área construída e conta com quatro galerias expositivas, oficinas, cursos, atividades culturais e sessões de cinema. O objetivo do complexo multiuso é proporcionar experiências sensoriais e educativas aos visitantes.







Um passo à frente, mas ainda falta

BRASIL AVANÇA EM RANKING DE COMPETITIVIDADE FORMADO POR 18 PAÍSES, MAS CONTINUA NAS ÚLTIMAS COLOCAÇÕES NA MAIORIA DOS INDICADORES

Pela primeira vez em 12 anos, o país avançou uma posição no ranking *Competitividade Brasil*, estudo produzido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), desde 2010, com o objetivo de examinar o potencial competitivo das empresas brasileiras em relação ao desempenho do setor empresarial de outros 17 países com características similares ao Brasil ou que competem com ele no mercado mundial. O país ficou em 16º lugar na classificação geral, à frente apenas de Peru e Argentina. Na última edição da pesquisa, o Peru figurava em uma colocação acima da brasileira.

O avanço do Brasil no último ano foi motivado pela melhora na pontuação atribuída aos fatores financiamento, ambiente de negócios e tributação. O estudo *Competitividade Brasil*, divulgado em dezembro de 2022, avalia fatores que afetam diretamente os negócios das empresas brasileiras e aponta caminhos para o desenvolvimento da economia, uma vez que o cálculo final auxilia na tomada de decisões.

Apesar de ter reduzido sua taxa básica de juros ao menor patamar em duas décadas, atingindo a meta de 2% ao ano em 2020, o país permanece com a maior taxa de juros real de curto prazo (4,7%) e o maior spread da taxa de juros (26,8%). As economias

◀
Infraestrutura brasileira segue sendo gargalo; custo da energia elétrica para clientes industriais está entre os mais caros nos países pesquisados

avaliadas no relatório são África do Sul, Argentina, Austrália, Canadá, Chile, China, Colômbia, Coreia do Sul, Espanha, Índia, Indonésia, México, Peru, Polônia, Rússia, Tailândia e Turquia, além do Brasil. O ranking geral é construído com base no desempenho dos países em nove fatores de competitividade.

A gerente de Política Industrial da CNI, Samantha Cunha, explica que, além dos fatores mais críticos do ambiente de negócios brasileiro – o financiamento escasso e caro e um sistema tributário caótico que provoca distorções –, ficam evidentes problemas como a infraestrutura deficiente, a insegurança jurídica, o excesso de burocracia e a baixa qualidade da educação, cara à inovação e à produtividade.

“Esses custos sistêmicos a que chamamos de Custo Brasil precisam ser monitorados e combatidos, pois oneram o investimento, atrapalham e geram desvantagens para as empresas brasileiras quando competem tanto no mercado doméstico quanto lá fora. Essa série de problemas está refletida no relatório *Competitividade Brasil*, que identifica as áreas mais críticas a fim de priorizar

medidas que recuperem a competitividade do país”, explica Samantha.

Apesar de ter avançado uma posição no ranking geral, o Brasil continua no terço inferior de competitividade entre as nações analisadas. Além disso, é o país que mais aparece entre os últimos colocados entre os fatores de interesse. Isso ocorre em sete dos nove quesitos avaliados no estudo – inclusive naqueles em que houve melhora. Depois do fator financiamento, único em que o Brasil figura em último lugar, a situação mais crítica está no fator tributação.

O peso dos tributos brasileiros foi o terceiro maior entre as 18 nações pesquisadas. Aqui, a carga tributária atinge quase um terço do Produto Interno Bruto (PIB), 32,5%, contra uma média de 24,1% nos demais países selecionados. O Brasil também tem a terceira pior qualidade no sistema tributário, com a avaliação qualitativa mais negativa em processos legislativos e administrativos do sistema tributário.

O país está, ainda, no terço inferior do ranking no fator ambiente macroeconômico, na 16ª posição. O resultado, segundo Samantha, é determinado, sobretudo, pela falta de equilíbrio fiscal, elemento importante para garantir um ambiente macroeconômico favorável ao investimento, ao lado da estabilidade monetária e do equilíbrio externo. É preciso considerar, também, que a pandemia teve um efeito negativo sobre a inflação global, levando ao aumento de preços em praticamente todos os países.

Entre os 18 países avaliados, o Brasil apresenta um dos três piores ambientes para se fazer negócio, ficando na 16ª posição no ranking desse fator. Na comparação com o estudo anterior, o país registrou melhora em todos os subfatores e, pela segunda edição consecutiva, avançou uma posição. O resultado brasileiro reflete, principalmente, a falta de segurança jurídica e o excesso de burocracia.

No fator trabalho, em que sempre alcançava os terços superior e intermediário, nas edições passadas, o Brasil está na 15ª posição (terço inferior), como reflexo dos impactos da pandemia no mercado de trabalho. O país teve a segunda maior queda no



► A falta de equilíbrio fiscal deixa o Brasil em colocação ruim no fator ambiente macroeconômico, explica Samantha Cunha (CNI)

Posição	1°	2°	3°	BRASIL 
Classificação geral	KOR 	CAN 	AUS 	16°
Mão de obra	IDN 	PER 	ARG 	15°
Financiamento	CHN 	AUS 	KOR 	18°
Infraestrutura e logística	KOR 	ESP 	AUS 	15°
Tributação	IDN 	TUR 	THA 	17°
Ambiente macroeconômico	RUS 	KOR 	AUS 	16°
Estrutura produtiva, escala e concorrência	CHN 	KOR 	POL 	13°
Ambiente de negócios	CAN 	AUS 	CHN 	16°
Educação	AUS 	CAN 	KOR 	10°
Tecnologia e inovação	KOR 	CHN 	AUS 	9°

Nota: O ranking geral foi construído com base na média simples entre os valores de cada país nos nove fatores de competitividade.
Fonte: CNI

ARG = Argentina	IDN = Indonésia	ESP = Espanha	CAN = Canadá	O país está no terço de países com posição mais favorável (1 a 6)
PER = Peru	TUR = Turquia	POL = Polônia	CHN = China	O país está no terço intermediário (7 a 12)
KOR = Coreia do Sul	THA = Tailândia	RUS = Rússia	AUS = Austrália	O país está no terço inferior (13 a 18)

crescimento da força de trabalho em 2021, à frente do Chile, combinada com a segunda menor produtividade na indústria, à frente apenas da Índia. Com a pandemia, explica Samantha, vagas foram fechadas e muita gente deixou de procurar emprego, o que reduziu a População Economicamente Ativa (PEA) em alguns países pesquisados.

O Brasil está na 15ª posição no fator infraestrutura e logística. Em praticamente todos os modais de transporte avaliados (rodoviário, ferroviário, aquaviário e aéreo), o país fica no terço inferior do ranking. Apesar de a desvalorização cambial ter contribuído com uma melhora no custo da energia elétrica para clientes industriais (US\$ 0,13 por kWh), a diferença em relação às outras nações deixa o Brasil na penúltima posição. Ao mesmo tempo, a qualidade no fornecimento de energia manteve o país em penúltimo lugar, com perda de 16,1% da energia gerada.

No fator estrutura produtiva, escala e concorrência, o Brasil está na 13ª colocação. Apesar de ter o 5º maior mercado doméstico e a 11ª estrutura produtiva mais complexa, o país tem a maior barreira tarifária em produtos não agrícolas, desestimulando o aumento da produtividade por meio da concorrência no mercado interno. Já no fator tecnologia e inovação, o Brasil está na 9ª posição entre as 18 nações avaliadas: o melhor resultado obtido pelo país entre os nove fatores determinantes da competitividade.

Conforme o estudo, o Brasil está na 10ª posição no fator educação, no qual foram avaliados 17 países. Em relação ao ranking passado (2019-2020 revisado), o Brasil avançou nas variáveis de disseminação da educação, devido à melhora no número de matrículas no ensino médio e no ensino superior, o que não foi suficiente para o país mudar de posição. ■

Conexão britânica

ACORDO DE DUPLA TRIBUTAÇÃO
CELEBRADO COM O REINO UNIDO
REPRESENTA AVANÇO IMPORTANTE NA
INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL

Ao assinar um Acordo de Dupla Tributação (ADT) com o Reino Unido, no final de novembro de 2022, o Brasil deu mais um passo rumo à integração econômica com outros países. O acordo, que ainda precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional, deve contribuir com o aumento do comércio de bens e serviços entre os dois países nos próximos anos, que representou US\$ 7,74 bilhões em 2021.

“Esses acordos são fundamentais para aprofundar as relações econômicas de longo prazo entre os países, estimulando o comércio e os investimentos de serviços e de operações entre empresas do mesmo grupo”, explica Constanza Negri, gerente de comércio exterior da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O fim da dupla tributação sobre a renda, dividendos, juros, royalties e outras matérias, bem como a prevenção à evasão e à elisão fiscal – também previstas no acordo – trarão mais segurança jurídica. “Tecnicamente, ele foi concluído, mas agora precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional. Depois disso, o acordo será incorporado à legislação brasileira”, detalha Constanza. Como não há uma regulação



▲ Reino Unido já é o 6º principal investidor estrangeiro no Brasil, com recursos que chegam a US\$ 22,6 bilhões



▲ Para Constanza Negri (CNI), o acordo permitirá aprofundar a nossa integração econômica com o Reino Unido

internacional sobre o assunto, os países têm adotado os ADTs a fim de equilibrar o processo de arrecadação sem que ocorra a dupla tributação ou não tributação.

Em nota divulgada após a assinatura do documento, no final de novembro, o então secretário da Receita Federal, Júlio Cesar Vieira Gomes, afirmou que “os países

interessados em manter sua capacidade de investimento e atratividade procuram assinar acordos que atenuem ou eliminem essa dupla tributação”. Hoje, o Brasil possui 36 ADTs em vigor e um que aguarda internacionalização (aprovação pelo Congresso Nacional), já assinado com o Uruguai, além do texto com o Reino Unido.

Marco Stefanini, presidente do Fórum das Empresas Transnacionais (FET) da CNI, destaca que o acordo com o Reino Unido tem um grande aspecto simbólico pelo fato de ter sido celebrado com uma das economias mais importantes do mundo. “O Brasil tem uma história pobre de acordos de dupla tributação. São muito poucos. O México, por exemplo, tem mais de 100. Chile e Colômbia também têm mais acordos que nós”, afirma.

Segundo ele, o texto com o Reino Unido é um sinal muito importante de que o Brasil está disposto a se integrar globalmente. “Outro aspecto relevante é que, para chegar a esse acordo, o país teve que mostrar que está seguindo uma série de premissas e conceitos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e, com isso, abre caminho para celebrarmos acordos similares com outros países”, diz Stefanini. O Reino Unido é o 26º membro da organização com o qual o Brasil firma essa espécie de parceria internacional.

Para ele, as relações Brasil-Reino Unido em comércio de serviços e investimentos diretos tendem a se beneficiar com as novas regras trazidas pelo ADT. O estoque de investimentos brasileiros no Reino Unido estava, em 2021, em US\$ 6,65 bilhões (1,5% de todo o estoque do ano), sendo o 11º maior destino do investimento brasileiro direto, à frente de todos os países sul-americanos. Os investimentos britânicos no

Brasil, por sua vez, estavam em US\$ 22,6 bilhões (3,43% de todo o estoque do ano), o que faz do país o 6º principal investidor estrangeiro no Brasil.

Análise preliminar feita pela CNI indica que o acordo com o Reino Unido traz, ao menos, três avanços importantes para o Brasil. Em primeiro lugar, os países definiram um cronograma de quatro anos para descontinuar a tributação dos rendimentos de serviços técnicos pelo Estado da fonte pagadora. Com o ADT, este ficará limitado a tributar a alíquota em 8% nos dois primeiros anos e em 4% no terceiro e no quarto. A partir daí, haverá isenção. Foi a primeira vez em mais de 20 anos que o Reino Unido negociou um ADT com uma cláusula específica para serviços técnicos. A redução progressiva das alíquotas de tributação também é uma concessão inédita nos ADTs brasileiros.

O segundo avanço refere-se aos preços de transferência. O ADT com o Reino Unido traz uma previsão de ajuste correspondente – prática consolidada nos ADTs britânicos e no modelo da OCDE. Essa regra permite a um dos Estados reajustar preços internos quando considerar que os efeitos do ADT reduzem o lucro que teriam as empresas de seu país em condições normais de mercado. Esse reajuste, contudo, depende de consentimento do outro Estado signatário do ADT.

O objetivo dessa cláusula é impedir que o ajuste de preço feito por um dos países, em razão da aplicação das regras de preços de transferência, produza efeitos apenas em um dos lugares, levando, na prática, à dupla tributação.

O terceiro avanço, segundo a CNI, é a convergência a regras internacionais. Ao aproximar o modelo negociador brasileiro das regras previstas na Convenção Modelo

da OCDE para Tratados Tributários, o ADT com o Reino Unido abre margem para que o Brasil avance em outras negociações, sob regras semelhantes, com economias desenvolvidas, como a Alemanha e os Estados Unidos. ■

▼
“O Brasil tem uma história pobre de acordos de dupla tributação. São muito poucos”, lamenta Marco Stefanini (FET-CNI)



▼ Competitividade

▶
Reforma tributária
é prioridade na
*Agenda Legislativa da
Indústria em 2023*



A pauta para o novo Congresso

LEGISLATURA QUE SE INICIA EM FEVEREIRO DEVE CONCLUIR PROJETOS FUNDAMENTAIS PARA A INDÚSTRIA E PARA O PAÍS

Espaço estratégico de atuação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Congresso Nacional está diante do início de uma nova legislatura. A mudança na composição das Casas faz com que seja necessária uma série de ações e reflexões, como a reavaliação dos campos de força, a priorização de pautas que dialoguem com o novo perfil dos parlamentares, o acompanhamento atento para que avanços conquistados não sejam perdidos e o alinhamento entre o novo Congresso e o Executivo.

Com 40% de renovação dos membros da Câmara dos Deputados, a diretora de relações institucionais da CNI, Mônica Messenberg, acredita que a próxima legislatura será marcada por um maior equilíbrio de forças, favorecendo a estrutura de contrapesos e uma maior discussão sobre as propostas de forma geral. “Esse cenário pode ser muito interessante ao permitir que algumas questões sejam um pouco mais discutidas”, diz.

Além de novas propostas que levem em consideração o perfil do governo, a CNI se prepara para seguir atuando em projetos que não foram concluídos na legislatura anterior. Nesse sentido, os esforços estarão centrados na necessidade de o Brasil

voltar a crescer e de a indústria nacional poder trabalhar em condições de igualdade com as de outras nações.

Para isso, a agenda terá como foco matérias que promovam maior segurança jurídica, retomada do crescimento e aumento da competitividade. O Plano para a Retomada da Indústria apresentado pela CNI ao governo federal aponta 19 projetos em tramitação no Congresso Nacional prioritários para o setor. Entre os temas que deverão receber maior atenção estão reforma tributária, o mercado livre de energia elétrica, código de defesa do contribuinte e o fortalecimento do comércio exterior.

Na esfera ambiental, duas questões estarão no centro da pauta: a regulamentação do mercado de carbono e a aprovação de uma legislação de licenciamento ambiental capaz de reduzir as regiões cinzas, com sobreposição de competências e desburocratização e agilização dos processos, sem renunciar à preservação ambiental ou escapar a um arcabouço normativo.

O lançamento da edição de 2023 da Agenda Legislativa da Indústria está previsto para março deste ano. O documento, construído conjuntamente com representantes de entidades empresariais de todo o país, reúne

▼
“Já está virando consenso dentro do governo a necessidade de tomar medidas em prol de uma indústria mais forte”, celebra Mônica Messenberg (CNI)



os projetos mais relevantes para o setor que estão em discussão no Legislativo.

OTIMISMO

Membro da base governista no Senado Federal, o senador Rogério Carvalho (PT-SE) está bastante otimista em relação à nova legislatura, tanto no que se refere à articulação junto aos seus pares quanto no que diz respeito à disposição do governo federal de investir no fortalecimento da indústria.

“A indústria brasileira pode esperar que a nova legislatura trate de questões importantes como reforma tributária, investimento em infraestrutura e desenvolvimento de políticas que promovam o crescimento econômico. Além disso, a recriação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) mostra a volta do diálogo com o setor industrial”, pontua.

Essa percepção é compartilhada pelo deputado federal Vitor Lippi (PSDB-SP), para quem a volta do MDIC é reflexo do comprometimento do governo federal com a reindustrialização do país. “Tanto o presidente da República quanto o ministro (Geraldo) Alckmin têm ressaltado a prioridade para que sejam criados melhores ambientes de negócios e de competitividade para a indústria nacional”, diz.

Para o parlamentar, a atenção dispensada até o momento pelo Executivo Federal se justifica pelo fato de a indústria impulsionar significativamente a economia. “Ela paga salários mais altos do que a média, traz formalização adequada e segurança social para o trabalhador e gera muitos empregos nas cadeias produtivas, fazendo toda a economia girar positivamente. O crescimento do Brasil passa, necessariamente, pelo apoio à reindustrialização do país”, sintetiza o deputado.

Questionados sobre as prioridades do Congresso Nacional para este ano, os parlamentares foram incisivos ao destacar a reforma tributária e a instituição de um novo arcabouço fiscal.

“A reforma tributária é importantíssima para promover a competitividade econômica e melhorar a eficiência do sistema tributário brasileiro. Há uma sinalização sobre a extinção do IPI, que onera excessivamente a produção industrial brasileira, além da simplificação que tornará o nosso sistema mais alinhado com o que existe de mais moderno no mundo”, cita o senador Rogério Carvalho. O parlamentar acredita, ainda, que o novo arcabouço fiscal, apesar de ainda estar em elaboração no âmbito do Executivo, deverá ser votado já no primeiro semestre.

DESAFIOS

Embora muitas das pautas prioritárias para a indústria estejam com o debate avançado no âmbito do Congresso Nacional, há desafios que não podem ser ignorados, como o equilíbrio das contas públicas e a equiparação do setor industrial com outros setores da economia que têm sido beneficiados nos últimos anos.

“Nossa expectativa é de que o Brasil avance com regras que coloquem a indústria na mesma página do resto do mundo e dos demais setores que operam no país. Acreditamos que este é o momento para reverter esse processo. Em 2020, fomos responsáveis por 38% das receitas federais. Além disso, a cada R\$ 1 que o setor produz, a economia como um todo aumenta em R\$ 2,43. Portanto, o crescimento da indústria é fundamental para superarmos este momento tão difícil da economia”, explica a diretora da CNI.

Para ela, o horizonte é bastante positivo. “Temos trabalhado no sentido de sensibilizar nossos parceiros e levar a mensagem do setor para a sociedade e para os tomadores de decisão. Ademais, a economia brasileira vai se pautar pela reindustrialização, tanto que já está virando consenso dentro do governo a necessidade de tomar medidas em prol de uma indústria mais forte”, celebra Mônica Messenberg. ■

ALGUNS DOS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL



1. **PEC 110/2019** • Reforma tributária



2. **PL 414/2021** • Modernização do setor elétrico



3. **PL 4416/2021** • Prorrogação de benefícios nas áreas de atuação da Sudam e da Sudene



4. **PL 2148/2015 e seus apensos** • Regulamentação do mercado de carbono



5. **PL 4188/2021** • Marco legal das garantias



6. **PL 4944/2020** • Deduções dos dispêndios em PD&I na Lei do Bem



7. **PLP 178/2021** • Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias



8. **PL 5670/2019** • Permissão para o trabalho multifunção



9. **PL 5518/2020** • Concessões florestais



10. **PL 3236/2020** • Regulamentação do limbo previdenciário, ao permitir que o médico do trabalho solicite a prorrogação do auxílio-doença

Fonte: Plano para a Retomada da Indústria - CNI, 2023

5 perguntas



Evaldo Vilela

especialista em inovação e ex-presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

▲
“O FNDCT jamais poderia ser contingenciado, pois foi criado para desenvolver o país. Desenvolvimento é o que mais precisamos para gerar renda, riquezas e empregos. Felizmente, são excelentes as perspectivas para a CT&I em 2023.”

1 O SENHOR É UM DOS GRANDES ENTUSIASTAS DA UNIÃO ENTRE UNIVERSIDADE E EMPRESA PARA O DESENVOLVIMENTO DA INOVAÇÃO. COMO ESTÁ ESSE PROCESSO NO BRASIL?

Essa interação está crescendo. A universidade precisa das empresas para dar relevância às suas pesquisas, fazendo com que elas cheguem ao mercado. As empresas precisam da universidade para se valer dos novos conhecimentos científicos e das descobertas tecnológicas. A aproximação entre indústria, academia e governos é a base da economia do conhecimento, que tem capacidade de gerar renda, riquezas e novos empregos. Não há outro caminho para alcançar o desenvolvimento sustentável. Nesse processo, cabe ao governo criar leis e normas que facilitem a interação público-privada, mas a articulação desse tripé ainda é fraca no Brasil, razão pela qual temos um dos piores índices de inovação do mundo.

2 O SENHOR JÁ DISSE QUE É URGENTE CRIAR MECANISMOS PARA PULARMOS O “VALE DA MORTE” QUE SEPARA O CONHECIMENTO GERADO NO PAÍS DO PROCESSO DE EFICIÊNCIA NA PRODUÇÃO E DA COMPETITIVIDADE DOS NEGÓCIOS BRASILEIROS. QUAIS SÃO ESSES MECANISMOS?

Na interação universidade-empresa, denomina-se “vale da morte” o momento do transbordamento do conhecimento resultante da pesquisa para ser apropriado pela empresa. Há um vale a ser transposto entre

para...

a universidade e a empresa, que são dois mundos distintos, com linguagens e interesses próprios que, sem mecanismos e procedimentos que favoreçam o entendimento, não conseguem interagir natural e eficientemente. Somente políticas públicas bem conduzidas e com incentivos adequados podem possibilitar o salto desse vale em direção a produtos, processos e serviços inovadores.

3 O INVESTIMENTO PÚBLICO É ESSENCIAL PARA AS PESQUISAS?

Em todo o mundo, é o investimento público que mantém viva a pesquisa básica, aquela que faz as descobertas sobre como funciona a natureza. Um exemplo é o conhecimento de como um vírus mata uma célula humana ou de como funcionam os átomos. O investimento do governo deve financiar também o chamado risco tecnológico, ou seja, aquele advindo do desenvolvimento da tecnologia. Isso porque o empresário acaba correndo o risco de mercado, que é o risco de a nova tecnologia não vender.

4 OS INVESTIMENTOS EM INOVAÇÃO VÊM CAINDO A CADA ANO NO PAÍS. COMO REVERTER ESSE CENÁRIO?

Investimentos seguem metas e desejos de melhorar de vida. Os investimentos em ciência, tecnologia e inovação (CT&I) e em educação não crescem, e se crescem não são bem geridos, porque não sabemos o que queremos ser em 2030 ou 2050. Infelizmente, nossos desejos individuais de construir um país mais justo e mais inclusivo não se transformaram, ainda, em um desejo coletivo. Não temos foco em ser um país inovador. Não é como a Coreia do Sul, por exemplo, que, na década de 1970, decidiu o que queria ser. De certa maneira, o estado de São Paulo também investiu para se tornar

uma economia forte. Focou em infraestrutura para atrair indústrias, criou a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade Estadual Paulista (Unesp), com investimentos sem interrupções para criar talentos e ambiente científico, e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) para gerar conhecimento com base na pesquisa.

5 COMO O SENHOR VÊ OS FREQUENTES CONTINGENCIAMENTOS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, O FNDCT, E O QUE ESPERA DO GOVERNO LULA EM RELAÇÃO AOS INVESTIMENTOS EM CT&I?

O FNDCT jamais poderia ser contingenciado, pois foi criado para desenvolver o país. Desenvolvimento é o que mais precisamos para gerar renda, riquezas e empregos. Cortar os recursos do FNDCT é cortar o futuro, que já chegou. Felizmente, são excelentes as perspectivas para a CT&I em 2023, tendo em vista que já aprendemos que as nações que se desenvolveram ou estão se desenvolvendo investiram fortemente em CT&I. É a chamada Economia do Conhecimento, que tem tudo para ser implementada no Brasil. Temos uma ciência robusta, temos jovens talentos, temos startups, temos empresários empreendedores, temos um enorme mercado consumidor e muitas outras fortalezas. A fragilidade é não termos rumo como país. Aonde queremos chegar? Em 2040, onde estaremos? Vamos trabalhar com que desejo de construir? Construir tudo e qualquer coisa? Não é assim que fizeram e fazem as nações que almejam qualidade de vida para sua população. Por isso, a prioridade do novo governo deve ser um plano nacional de desenvolvimento sustentável baseado em conhecimento.

Começo de ano cauteloso na indústria

ICEI DE JANEIRO MOSTRA QUE EMPRESÁRIOS INICIARAM O ANO PESSIMISTAS; ÍNDICE FICA NEGATIVO PELA PRIMEIRA VEZ DESDE 2020

Em janeiro de 2023, o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI), medido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), registrou sua quarta queda consecutiva. Pela primeira vez desde julho de 2020, o índice ficou abaixo da linha dos 50 pontos (48,6), mostrando que a falta de confiança está disseminada no setor.

Os dois indicadores que compõem o ICEI registraram queda e estão em patamar negativo, ou seja, abaixo da linha dos 50 pontos, que separa a confiança da falta dela. O Índice de Condições Atuais passou de 50,3 para 48,3 pontos. Isso significa que, ao serem questionados sobre as condições atuais da empresa, em janeiro de 2023, os empresários perceberam piora, o que não ocorreu nos meses anteriores. A percepção das condições da economia brasileira, no entanto, já era pessimista em dezembro e agora ficou mais intensa e disseminada, segundo a CNI.

Já o Índice de Expectativas caiu 2,2 pontos, chegando a 48,8. Isso marca, portanto, migração do otimismo ao pessimismo com relação aos próximos seis meses, por parte da indústria brasileira. Esse pessimismo, porém, se concentra na expectativa para a economia brasileira, enquanto a expectativa para as empresas, apesar de menos otimista, segue positiva.

Entre quem tem mais motivo para estar otimista estão os produtores de cachaça de Minas Gerais. O estado é o maior produtor de cachaça artesanal do país, com mais de 1,7 mil marcas registradas. Em 2022, as exportações do produto renderam 135% a mais que no ano anterior, o que coloca Minas como o terceiro maior exportador da bebida, atrás apenas de São Paulo e Pernambuco.

Um desses exportadores é a Cachaça Sagrada, que surgiu em 2016 de olho no mercado internacional. Em dezembro de 2022, a empresa enviou seu primeiro lote para o exterior, com destino à Coreia do Sul, e está em negociação com representantes da França e de Portugal. “Temos produtos premiados em diferentes concursos e, depois de dificuldades por causa da pandemia, estamos bastante otimistas para 2023”, afirma o produtor Gilberto Pereira.

A marca já está presente em 15 estados brasileiros e, para expandir os negócios, ele conta que a empresa vai além do marketing convencional. “Nós levamos para o revendedor uma carta de drinks para mostrar diferentes formas de consumo e damos dicas de harmonização com a culinária. O que queremos é mudar a forma como a cachaça é vista e tomada no Brasil e no mundo”, pontua Gilberto. ■

ICEI

em janeiro



▼
O produtor de cachaça artesanal Gilberto Pereira comemora o sucesso da marca e demonstra otimismo para 2023



Termômetro

1 ▶ EMPREGO INDUSTRIAL CAI PELO SEGUNDO MÊS CONSECUTIVO



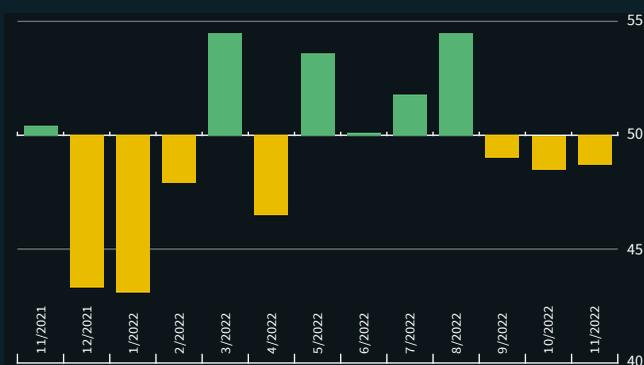
*Valores acima de 50 indicam aumento no emprego frente ao mês anterior. Quanto mais distante dos 50 pontos, maior e mais disseminada é a variação
 fonte: CNI/ Sondagem Industrial–Novembro de 2022

3 ▶ INTENÇÃO DE INVESTIR DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL PERDE FORÇA NO FINAL DE 2022



Indicadores variam no intervalo de 0 a 100. Valores acima de 50 indicam aumento, estoque acima do planejado ou utilização da capacidade instalada acima do usual
 fonte: CNI/ Sondagem Industrial–Novembro de 2022

2 ▶ PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA CAI PELO 3º MÊS



Indicadores variam no intervalo de 0 a 100. Valores acima de 50 indicam aumento, estoque acima do planejado ou utilização da capacidade instalada acima do usual
 fonte: CNI/ Sondagem Industrial–Novembro de 2022

4 ▶ FATURAMENTO REAL CRESCEU EM OUTUBRO



Dessazonalizado (Índice de base fixa: média 2006 = 100)
 fonte: CNI/ Indicadores Industriais–Outubro de 2022



◀ 1



◀ 2



◀ 3



◀ 4

o econômico

5 ▶ HORAS TRABALHADAS NA PRODUÇÃO CAEM MAIS UMA VEZ



Dessazonalizado (Índice de base fixa: média 2006 = 100)

fonte: CNI/ Indicadores Industriais–Outubro de 2022

7 ▶ ATIVIDADE DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO RECUA EM NOVEMBRO



Valores acima de 50 indicam aumento da atividade ou do emprego frente ao mês anterior

fonte: CNI/ Sondagem Indústria da Construção–Novembro de 2022

6 ▶ MASSA SALARIAL AVANÇA PELO 5º MÊS CONSECUTIVO



Dessazonalizado (Índice de base fixa: média 2006 = 100)

fonte: CNI/ Indicadores Industriais–Outubro de 2022

8 ▶ INTENÇÃO DE INVESTIR NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CAI EM DEZEMBRO



Índice de 0 a 100 pontos. Quanto maior o índice, maior a propensão de investir da indústria

fonte: CNI/ Sondagem Indústria da Construção–Novembro de 2022

5 ▶



6 ▶



7 ▶



8 ▶



Giro Brasil

▶ SESI DE PERNAMBUCO FORMA PRIMEIRA TURMA DO NOVO ENSINO MÉDIO

O Serviço Social da Indústria (SESI) de Pernambuco formou, em dezembro, a primeira turma do Novo Ensino Médio de todo o estado. O projeto-piloto de ensino foi implementado em 2020. Os estudantes passaram a ter disciplinas integradas em diferentes áreas do conhecimento e a cumprir os chamados itinerários formativos, compostos por cinco áreas, que funcionam como uma disciplina extra para que o aluno se aprofunde em uma das áreas ou na formação profissional.



◀ PARQUES EÓLICOS DO NORDESTE EXPANDEM MATRIZ ELÉTRICA BRASILEIRA

Levantamento do Instituto SENAI de Inovação em Energias Renováveis (ISI-ER), localizado em Natal, com base em dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), mostra que, dos 8 GW adicionados à matriz elétrica brasileira em 2022, cerca de 35% correspondem à oferta de energia eólica. Além da Bahia, do Piauí e do Rio Grande do Norte – com 91,87% da potência instalada pelo setor – contribuíram com cerca de 2,9 GW os estados de Pernambuco, do Ceará e da Paraíba. O Nordeste respondeu por 55% do total do acréscimo no ano, considerando todas as fontes de energia.

■ FIETO CRIA COMITÊ PARA ANALISAR LEIS DE TAXAÇÃO DE MINÉRIOS E TRANSPORTE

A Federação das Indústrias do Estado do Tocantins (FIETO) criou, em dezembro, um comitê de crise para analisar e compreender o impacto da nova taxa sobre extração mineral e da criação do Fundo Estadual de Transporte (FET), nas indústrias tocaninenses. As leis foram propostas pelo governo do Estado e, segundo a FIETO, prejudicam os negócios industriais e a competitividade, além de impedirem novos investimentos, pois oneram o processo produtivo. O comitê é composto pela FIETO e pelos sindicatos diretamente atingidos pelas medidas.



▲ SENAI AMAZONAS OFERECE NOVO CURSO PROFISSIONAL

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Amazonas (SENAI-AM) contará com oito cursos profissionais em seu portfólio neste ano, com a inclusão do curso profissional em Química. O pólo químico é um dos segmentos mais promissores em oportunidades de negócios e investimentos para a região, e o curso irá justamente atender às demandas da indústria. A duração será de 1.200 horas, com aulas previstas para começar em abril. No ano passado, o SENAI-AM recebeu mais de 35 mil matrículas em seus cursos de aprendizagem, profissional e de qualificação e aperfeiçoamento.



FIEB TIRA DÚVIDAS SOBRE METROLOGIA PELO WHATSAPP

A Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) firmou parceria com o Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade (IBAMETRO) para ampliar o atendimento oferecido às indústrias baianas por meio do FIEB Atende, canal do WhatsApp. Com isso, as empresas do setor industrial poderão obter, por celular, informações sobre assuntos relacionados à Metrologia Legal, à Qualidade e à Avaliação da Conformidade pelo instituto. O FIEB Atende é um canal que responde a questionamentos em áreas como crédito, relações trabalhistas, economia, segurança e saúde no trabalho.



▶ A nova cara do mercado de trabalho: profissionais com mais de 50 anos já representam 19% das vagas ocupadas no país

Trabalhadores mais experientes

EM 15 ANOS, O NÚMERO DE PESSOAS COM MAIS DE 50 ANOS NO MERCADO DE TRABALHO DOBROU

O mercado de trabalho brasileiro está mais maduro. Em 2006, profissionais com mais de 50 anos representavam 12,6% dos postos ocupados. Em 2020, esse índice saltou para 19%: um aumento de 51%. Em números absolutos, o salto, no período, foi de 4,4 milhões para 8,7 milhões de trabalhadores. Os dados são do Ministério do Trabalho e Previdência, com base na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

O crescimento reflete um fenômeno natural da sociedade: o número de brasileiros com mais de 50 anos subiu 58,8% entre 2006 e 2020, passando de 34 milhões para um total de 54 milhões de pessoas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O envelhecimento da população, no entanto, traz uma série de desafios. “A sociedade brasileira tem que repensar sua estratégia de capacitação e focar a questão do aprendizado, do aperfeiçoamento contínuo. O trabalhador tem que continuar se capacitando para permanecer no mercado de trabalho”, destaca Márcio Guerra, gerente-executivo do Observatório Nacional da Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

De acordo com Guerra, a participação de pessoas com mais de 50 anos pode ser uma oportunidade porque, além de estimular a implementação de programas de capacitação continuada, fomenta mais investimento na saúde do trabalhador, a adaptação da jornada de trabalho e de ambientes, entre outros fatores.

MATRÍCULAS NO SENAI

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) também registrou um aumento significativo no número de matrículas de pessoas com mais de 50 anos em seus cursos. Nos últimos quatro anos, houve um salto de cerca de 34%: eram 92 mil pessoas

► “Trabalhamos a desconstrução de estereótipos para que todos os profissionais sejam tratados de maneira igualitária”, diz Carlos Domingues (PepsiCo Brasil)



► Mário Augusto, 57 anos, conseguiu um emprego logo após se matricular no curso de Eletrônica do SENAI, pensando em uma mudança de carreira



dessa faixa etária matriculadas em 2018, contra mais de 124 mil apenas entre janeiro e outubro de 2022.

Uma delas é o gaúcho Mário Augusto Januário da Silva, que está prestes a completar 58 anos. Teólogo e professor de Educação Física, ele atuou nos últimos 30 anos como personal trainer e, nas horas vagas, fazia bicos na área de elétrica. Em 2021, matriculou-se no curso profissional em Eletrônica do SENAI de Porto Alegre, pensando em uma mudança de carreira. Poucas semanas depois, foi contratado para trabalhar na área de manutenção e segurança eletrônica de uma empresa, onde está há mais de um ano.

“O fato de estar estudando me ajudou a conseguir este emprego. Se uma pessoa parou no tempo, o mercado de trabalho a ignora, mas, se ela tem uma idade mais avançada e está disposta a aprender, é sua capacitação que vai garantir oportunidades”, defende Mário, que planeja fazer, também, um curso de robótica.

Diversas ações da entidade pelo país, como o Programa SENAI de Ações Inclusivas (PSAI), têm estimulado a matrícula de pessoas com idade avançada. Em Tocantins, por exemplo, foram abertas, em dezembro, vagas num curso de operador de computador exclusivo para pessoas com mais de 48 anos. Já as turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do SESI e do SENAI certificam milhares de estudantes com mais de 50 ou 60 anos em todo o país.

Outro grupo que vem ampliando a busca pelos cursos do SENAI é o dos aposentados. Entre janeiro e agosto de 2022, foram mais de 5,6 mil matrículas com esse perfil, principalmente nos cursos de costureiro, eletricista, confeitiro e em Excel.

AÇÕES DAS EMPRESAS

Na Europa, diversos países têm adotado políticas públicas para estimular a contratação de profissionais dessa faixa etária – e têm colhido bons resultados. A

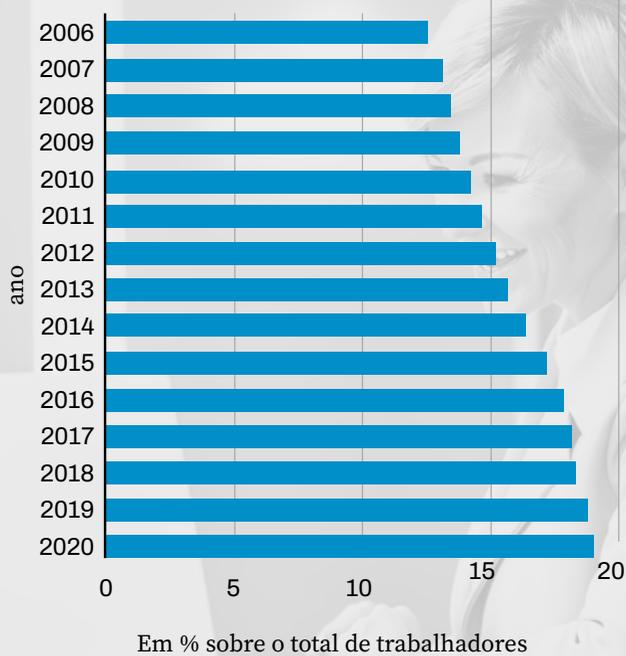
multinacional francesa Leroy Merlin, rede de lojas de materiais de construção, acabamento e decoração, anunciou, no início deste ano, que pretende ampliar de 11% para 16%, ainda em 2023, o total de trabalhadores com mais de 50 anos nas lojas da Espanha. O país tem uma das maiores expectativas de vida do mundo, atualmente em 84,6 anos, além de possuir, hoje, mais de 20 mil habitantes com mais de 100 anos de vida.

Entretanto, seja na Europa, seja no Brasil, uma das maiores barreiras para contratar profissionais com mais de 50 anos é o preconceito. É o que mostra uma pesquisa realizada pela Maturi, empresa especializada no mercado 50+, em parceria com a consultoria EY Brasil, divulgada no ano passado. Segundo o levantamento, 60% das empresas disseram ter dificuldade em contratar profissionais dessa faixa de idade. Oito em cada dez afirmaram não possuir políticas específicas e intencionais de combate à discriminação etária em seus processos seletivos, apesar de 78% dos entrevistados considerarem as organizações etaristas. Um total de 191 profissionais de empresas de 13 setores participaram da pesquisa.

Apesar desse gargalo, iniciativas positivas têm se destacado nos últimos anos. Entre as empresas que já possuem ações de combate ao etarismo está a PepsiCo Brasil, que lançou, em 2016, um programa específico visando ampliar a admissão de profissionais 50+. Deste então, mais de 400 pessoas já foram contratadas.

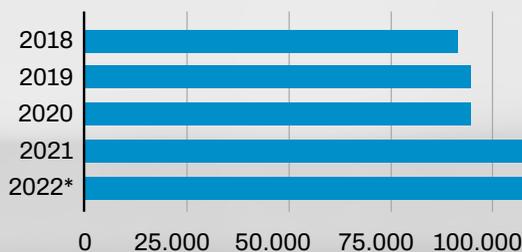
“Treinamos os nossos times de recrutamento e seleção e trabalhamos a desconstrução de estereótipos relacionados a pessoas de determinada faixa etária para que todos(as) os(as) profissionais sejam tratados(as) de maneira igualitária. Os nossos processos seletivos são focados na experiência e nas habilidades de cada pessoa e no valor que a diversidade de talentos pode agregar para a companhia”, ressalta Carlos Domingues, gerente da PepsiCo Brasil. ■

Aumenta a participação de pessoas com 50+ no mercado de trabalho formal



Fonte: MTP-RAIS, 2022.

Senai tem mais alunos na faixa dos 50+



*janeiro a outubro



Congruência política e agenda para o desenvolvimento

POR LUCIANA VEIGA

▲
Doutora em Ciência Política e professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Foi presidente da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) no biênio de 2020/2022

Benjamin Page e Robert Shapiro, no artigo *Effects of Public Opinion on Policy*, de 1983, apresentam evidências de que a opinião pública afeta as políticas públicas mais do que estas impactam aquela. A pesquisa se refere à realidade dos Estados Unidos de 1935 a 1979 e avalia a congruência política, ou seja, a correspondência entre a opinião dos eleitores, a opinião dos representantes e as políticas que eles aprovam. Essa congruência é desejável na democracia, sobretudo quando é necessário combater o discurso antissistema político, que se estrutura sobre a sensação de que os governos não atendem aos anseios da população.

Na posse como ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin mencionou a necessidade da reforma tributária, da redução do Custo Brasil, da reindustrialização e da qualificação da mão de obra. A ministra do Planejamento, Simone Tebet, comprometeu-se a controlar os gastos públicos, sem negligenciar a inclusão social, e destacou a urgência de uma reforma tributária capaz de gerar crescimento da economia, do emprego e da renda.

Esses discursos têm congruência com argumentos presentes na opinião pública, de acordo com pesquisa qualitativa realizada pelo Grupo de Investigação Eleitoral da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), com financiamento da

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), entre os dias 12 e 24 de dezembro de 2022.

Da perspectiva do cidadão comum, a corrupção, os privilégios e o desperdício são uma afronta num país que precisa superar a pobreza e a desigualdade social. Da experiência que trazem de seu dia a dia, as pessoas apontam que não é solução sustentável expandir a dívida sem planejar como pagá-la para garantir a sobrevivência de hoje.

É unânime a percepção de que a economia precisa se fortalecer com controle da inflação e geração de emprego e renda. Os entrevistados desejam salário com poder de compra suficiente para levar a família a um restaurante. Aliás, se ter o dinheiro para a comida é o parâmetro para a sensação de segurança, proporcionar lazer à família é o sinal de que a economia do país oferece dignidade. A carteira assinada ainda mexe com os anseios de estabilidade e reconhecimento social de muitos brasileiros. No entanto, em parte por falta de capacitação profissional, muitos se encontram na informalidade e aspiram a crescer com seu próprio negócio.

Independentemente de qual seja o anseio de cada um, a população compartilha da necessidade da reforma tributária, da desburocratização e da qualificação da mão de obra, postura semelhante àquela expressa pelos ministros recém-empossados. ■

Revista Indústria Brasileira

Publicação Mensal da Confederação Nacional da Indústria - CNI
www.cni.org.br

Confederação Nacional da Indústria – CNI

► DIRETORIA

PRESIDENTE

Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTES EXECUTIVOS

Paulo Antonio Skaf; Antonio Carlos da Silva; Francisco de Assis Benevides Gadelha; Paulo Afonso Ferreira; Glauco José Côrte.

VICE-PRESIDENTES

Sergio Marcolino Longen; Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Antonio Ricardo Alvarez Alban; Gilberto Porcello Petry; Olavo Machado Júnior; Jandir José Milan; Eduardo Prado de Oliveira; José Conrado Azevedo Santos; Jorge Alberto Vieira Studart Gomes; Edson Luiz Campagnolo; Leonardo Souza Rogerio de Castro; Edilson Baldez das Neves.

1º DIRETOR FINANCEIRO

Jorge Wicks Côrte Real

2º DIRETOR FINANCEIRO

José Carlos Lyra de Andrade

3º DIRETOR FINANCEIRO

Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan

1º DIRETOR SECRETÁRIO

Amaro Sales de Araújo

2º DIRETOR SECRETÁRIO

Antonio José de Moraes Souza Filho

3º DIRETOR SECRETÁRIO

Marcelo Thomé da Silva de Almeida

DIRETORES

Roberto Magno Martins Pires; Ricardo Essinger; Marcos Guerra; Carlos Mariani Bittencourt; Pedro Alves de Oliveira; Rivaldo Fernandes Neves; José Adriano Ribeiro da Silva; Jamal Jorge Bittar; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Julio Augusto Miranda Filho; José Henrique Nunes Barreto; Nelson Azevedo dos Santos; Flávio José Cavalcanti de Azevedo; Fernando Cirino Gurgel.

► CONSELHO FISCAL

MEMBROS TITULARES

João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Irineu Milanese.

MEMBROS SUPLENTEs

Clerlânio Fernandes de Holanda; Francisco de Sales Alencar; Célio Batista Alves.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Ana Maria Curado

Superintendência de Jornalismo CNI/SESI/SENAI/TEL

SUPERINTENDENTE

José Edward Lima

GERENTE-EXECUTIVO DE JORNALISMO

Rodrigo Caetano

GERENTE-EXECUTIVA DE MÍDIAS SOCIAIS

Mariana Flores

Desenvolvimento e Produção

► FSB COMUNICAÇÃO

CONSULTOR EDITORIAL

Wladimir Gramacho

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Rachel Mello (DF 3877/95)

REPORTAGEM

Vivaldo de Sousa, Aerton Guimarães, Ana Flávia Flôres e Paulo de Tarso Lyra.

ASSISTENTE DE EDIÇÃO

Victor Gomes

PROJETO EDITORIAL

Guto Rodrigues

REVISÃO DE TEXTO

Renata Portella

CAPA

João Pedro Rodrigues

Informações técnicas:

tel (61) 3317-9927
imprensa@cni.com.br

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

SE É
PARA REVOLUCIONAR
O FUTURO DA
TECNOLOGIA,
É SENAI



PELO FUTURO DO TRABALHO.



O VCUB1 É O PRIMEIRO NANOSSATÉLITE PROJETADO PELA INDÚSTRIA BRASILEIRA. RESULTADO DE UMA PARCERIA ENTRE A VISIONA TECNOLOGIA ESPACIAL E O INSTITUTO SENAI DE INOVAÇÃO DE SISTEMAS EMBARCADOS, ENTRE OUTRAS EMPRESAS. SUAS IMAGENS DE ALTA PRECISÃO, SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E CONECTIVIDADE COM O SOLO AJUDARÃO A INDÚSTRIA AEROSPAÇIAL, ALÉM DE SETORES COMO AGRICULTURA E PECUÁRIA, CIDADES INTELIGENTES ETC.

SESI SENAI
PELO FUTURO DO TRABALHO